

## 5

### Os Laços: a Educação Ambiental como Instituição

#### 5.1

##### A idéia de instituição e a ação reguladora da EA

A perspectiva da análise institucional para pensar a EA é uma tentativa de tentar entender esta prática educativa do ponto de vista de sua oficialização, de como se estabeleceu no cenário oficial e legal. Cada vez mais, tem sido uma exigência a presença da EA em projetos na área ambiental, consolidando-se como um espaço político de produção de conhecimento e de práticas sociais, além de ser uma forma de produção de comportamentos, organização e controle sociais.

A proposta de aproximar o conceito de instituição ao campo da EA, surge a partir da característica de regular, estimular e acompanhar interações sociais. Sumner 1906 *apud* Silva, 1986 afirma que: “*uma instituição consiste num conceito (idéia, noção, doutrina, interesse) e numa estrutura*” (p.613). Assim: “*a estrutura é uma armação, ou sistema, ou talvez apenas um número de funcionários... [Ela] sustenta o conceito e fornece meios para introduzi-lo no mundo dos fatos e da ação*”. (p.613). Ainda em Sumner e Keller (1927) *apud* Silva (1986), os autores sustentam que: “*os costumes se concentram... em torno de interesses, e se expandem, onde os interesses são significativos, em instituições*” (p.613).

É neste sentido que EA brasileira pode ser pensada como instituição. Como vimos nos capítulos anteriores, o seu histórico político levou-a a se tornar uma *estrutura* integrante inclusive da macroestrutura de governo, no âmbito do MMA e do MEC, além de seu estabelecimento formal pela Lei 9795/99 e pelo decreto 4281/02. As estruturas criadas e estabelecidas em instâncias físicas, espaços, escritórios, cargos, enfim, formam um ambiente formal, instituído, onde se reforçam e expandem costumes, interesses, etc. A EA, possivelmente, configura-se hoje, inclusive como um nicho de atuação política.

O conceito de instituição designa um elemento da vida social em que a orientação da conduta e de comportamentos sociais concentram-se em torno de aspectos sociais considerados importantes, os quais por sua vez, interiorizam-se e criam padrões a serem seguidos. T. Parsons (1951) *apud* Silva (1986) considera

que:

*“Os agentes humanos interiorizam os valores e as normas, e a conformidade a essas coisas adquire para eles, portanto, grande importância pessoal. Desde que haja co-participação, i.e., desde que outros indivíduos determinados tenham interiorizado os mesmos valores, de modo que a conformidade tanto seja pessoalmente satisfatória quanto uma necessidade pra evocar reações “favoráveis” por parte de outros, pode-se dizer que um padrão de valor passa a ser institucionalizado. Uma instituição, como tal torna-se então” um complexo de integrados de papel interiorizado... de relacionamento de status... Que é de significância estrutural estratégica no sistema social “. (p.613).*

A estruturação da EA nacional através de um conjunto de leis, que incluem legislações tanto federal, quanto, estaduais e municipais, talvez seja a ponta mais evidente desta interiorização que levou a estruturação simbólica e concreta da EA brasileira, permitindo-a estabelecer-se como um sistema.

A antiga matriz de pensamentos dos anos 50 e 60, tal como nos coloca Krasilchik (op.cit), conglomerava hoje valores associados que dão um peso político oficial a esta prática. O que significa dizer que se durante os anos 60, o ambientalismo era parte do discurso da contracultura, aliás um dos pilares do pensamento contracultural, hoje é parte integrante e fundamental do sistema, das estruturas formais, mediante é claro, algumas importantes transformações sobretudo, no que diz respeito ao discurso.

Pode-se indagar se houve ou não uma acomodação do discurso transformador da EA em relação ao *status quo*. Que tipo de transformações e acomodações ocorreram para que ela pudesse ser integrada as estruturas de governo, uma vez que nos anos 50, 60 e 70, ela caminhava junto a movimentos de contestação das estruturas dominantes de poder da época?

Duas correntes hipotéticas podem ser extraídas daí: ou a sociedade foi realmente transformada pelos valores ambientalistas, como sugere Leis (apud Layrargues,1999), Crespo e Leitão (1993), Crespo *et all* (1998), entre outros autores, ou a EA e o discurso ambientalista foram fortemente assimilados pelos

diferentes setores da sociedade como sugere Layrargues (1995 e 1998), através de sua pesquisa que mostra como o setor empresarial, incorporou e transformou o discurso ambientalista a seu favor.

Uma terceira possibilidade seria de que o discurso ambientalista – e, portanto a EA – conseguiram, de alguma forma, acomodar-se no universo oficial e estabelecer-se institucionalmente a ponto de ter seu estatuto ético (de valores, conduta e comportamentos sociais) regulamentado por lei. O que propomos nesta etapa da pesquisa é uma reflexão que tem como objetivo recolher subsídios a este debate, mas não procura responder a questão. As análises dos depoimentos e da trajetória histórica e política da EA brasileira permitem que a possamos analisar do ponto de vista da perspectiva dos conceitos de instituição e institucionalização. Neste capítulo, concluindo, tentaremos, através de uma contextualização institucional da EA, interpretar como em seu discurso estão presentes elementos políticos que visam estabelecer um projeto social claro e definido, com suas regras também pré – estabelecidas de controle e regulação sociais.

É importante destacar que a instituição é um espaço de expressão de comportamentos de grupo, assim, configura-se em função do vínculo entre indivíduos, do social, reunidos em torno de um projeto comum, que evidentemente circula e é produzido através dos espaços comuns de pensamento destes indivíduos. É, portanto, o espaço do social na sua constituição mesma e no processo de elaboração de si mesmo. Para Moscovici (1998), o grupo deve ser visto como um fenômeno que como tal: *“começa com três. Entre um e esse número mágico estende-se uma vasta região do que não é mais individual, mas ainda não se tornou plenamente social, plenamente grupal”* (p.3).

Para pensadores contemporâneos como Käs (1998), que relacionam a análise institucional no campo da sociopsicanálise, a idéia de instituição ganha a dimensão de processo, que irá atuar no âmago da própria formação da sociedade e da cultura, em suas palavras:

*“A instituição é, em primeiro lugar uma formação da sociedade e da cultura, ela possui a sua lógica própria. Instituída pela divindade ou pelos homens, a instituição se opõe ao que é estabelecido pela natureza. A instituição é um conjunto de formas e de estruturas sociais, instituídas pela lei ou pelo costume: a*

*instituição regulamenta nossas relações, ela preexiste a nós e se impõe a nossa presença, ela se inscreve na permanência. Cada instituição é dotada de uma finalidade que a identifica e a distingue.”* (Käes, 1998 p.7).

Neste sentido, compreendendo-a como um processo que envolve a forma básica de organização de um sistema social de controle e reprodução de uma determinada sociedade ou organização social, a instituição surge de maneira característica a cada grupamento social que a produz, seguindo interesses próprios e se estabelece em seguida pela própria organização que a produziu. Desta forma, a instituição torna-se capaz de regulamentar relações sociais e, por conseguinte, as relações de poder, a partir de seus pressupostos legitimados pelo costume ou pela lei, a qual pode passar muitas vezes pela própria legitimidade da divindade, que em última análise pode significar a lei máxima. A divindade, ao mesmo tempo, também traz em seu bojo a idéia da permanência e da perpetuação. E este é um ponto importante para a análise da instituição e da institucionalização como fatos ou fenômenos políticos, pois a idéia de permanência e de perpetuação são idéias importantes para esta perspectiva.

Ainda sob este aspecto, outra interpretação nesta direção pode nos levar à idéia de que esta organização social funciona como uma espécie de busca de estruturação de um determinado grupo de indivíduos que almejam a perpetuação de seus valores, ideais e projetos societais. Assim a organização em instituições atua num “sentido de dar sentido” aos *status*, papéis e regulações sociais que formatam o cenário político de um determinado grupo.

Para Nasciutti (1998), a instituição passa, desta forma, a constituir-se como uma referência estruturante do sujeito, permitindo-lhe o engajamento social de forma coadunada as propostas de seu grupo social. Nesta perspectiva, lembrando Parsons (1951) *apud* Silva (1986) uma instituição constituiu-se de padrões, normas, coerentes com uma interação social que se processa em uma estrutura (p.614), constituindo assim um sistema no qual as condutas de seus membros vão reforçando e legitimando e estimulando a si mesmos.

Assim a instituição pode ser entendida como todo o sistema que “*se tornou instituído, reconhecido como tendo uma vida social*” (Nasciutti, *op.cit* p.24). Ou seja, a instituição almeja e possui, necessariamente, um reconhecimento

social, daí o fato da instituição poder ser entendida também como sendo:

*“O lugar de representações de uma sociedade, de uma história, de um sistema político-econômico, ela é ao mesmo tempo lugar de investimento pessoal e objeto de projeções inconscientes do sujeito. É na instituição que se tecem a relação entre indivíduos, é ali que cada um existe enquanto ator social, submetido, no entanto a todo o sistema que lhe atribui um papel a desempenhar. A instituição é uma referência estruturante, onde o indivíduo tenta existir enquanto sujeito de suas opções e da sua própria história”* (Nasciutti, 1995 p.24).

A partir do momento em que o conceito ganha a dimensão de processo, onde o que está sendo levado em consideração são as referências estruturais do sujeito, a instituição ganha uma dimensão fundamental na consolidação de papéis sociais, evidenciando e promovendo um jogo de forças entre o instituído e o instituinte, ou seja, aquele que promove a instituição como valores, interação social e estrutura/sistema. Neste processo/jogo, instituído e instituinte, passam a se constituir a si próprios, através de intrincados processos de trocas de papéis que os mantêm unidos como elos de uma corrente que, enroscada em torno de seu próprio eixo, procura referenciais para expandir-se ou contrair-se de acordo com as condições que se apresentam a ela.

A questão da identidade é um dos pontos fundamentais desenvolvidos no interior dos jogos institucionais. É um lugar privilegiado para que aí o sujeito encontre referências que irão contribuir para os processos de consolidação, afirmação ou mesmo construção de sua identidade individual e social. É um espaço onde a sociogênese das identidades sociais estão se processando a todo tempo.

Neste sentido, vale ressaltar que a instituição *formata*, configura as identidades, adequando ou privilegiando determinados aspectos das identidades individuais que serão validados em torno da formação de uma identidade coletiva, socialmente partilhada que será o elemento primordial para a consolidação dos processos de identificação que, por sua vez levarão o sujeito a reforçar a sua identidade constituída na instituição. Este processo é, portanto, um elemento

chave do sistema.

A instituição torna-se, desta forma, uma unidade da sociedade onde estarão reproduzidos sistemas e histórias da sociedade a qual pertence e, ao mesmo tempo, dos indivíduos que a compõem e são compostos por ela. A instituição é uma unidade fractal da sociedade, um *lócus* social, responsável pela socialização e identificação dos indivíduos e, por conseguinte, o espaço privilegiado de produção de representações, discursos, identidades e vozes sociais. É talvez por isso, que haja uma proposta ético-política em cada instituição, mesmo que seja polissêmica ou mesmo paradoxal.

Assim, a instituição assume um importante papel, funcionando como um processo social de perpetuação de práticas e de organizações historicamente bem sucedidas na concepção de um determinado grupo social, e em seus empreendimentos e objetivos, que se consagraram de forma a permitir a regulação das relações entre grupos, da interação social em si. As instituições se estabelecem em torno de desejos, interesses comuns mantidos ou pela força ou pela manipulação de desejos e interesses, conseguidos a partir de processos minuciosos utilizados para controlar e aplicar suas regras, que se valem destes mecanismos para garantir a uniformidade de conduta, atitudes e pensamento de seus membros.

Cabe ressaltar a importância chave da comunicação e dos mecanismos de comunicabilidade internos e externos de uma instituição, pois irão atuar no sentido de reforçar ou subverter as ordens internas, as imagens e estereótipos da instituição perante si própria e o restante da sociedade, criando, reforçando ou destruindo sua auto – imagem. É justamente neste processo que estarão em jogo as consolidações ou transformações das identidades sociais de seus integrantes e simpatizantes.

Os principais processos de manipulação dos anseios e desejos se operam, essencialmente, a partir de dois planos distintos: o primeiro, mais arcaico, da manipulação agônica, pela imposição da força, da legitimidade hierárquica do mais forte, do mais apto ou mais preparado, que faz com que o mais forte ou capaz se imponha ao mais fraco e o segundo, mais elaborado, onde o princípio hedônico procura, na sedução, sua legitimidade e sua forma de se impor, dominar e manipular, através da criação de cenários imaginários idílicos e fantasiosos, utópicos, que estarão presentes subliminarmente nos sedutores discursos de seus dirigentes.

Talvez estas sejam as formas mais básicas de manipulação dos desejos por parte dos “dirigentes” de instituições, uma vez que a dominação, essencialmente, virá destes. Não é preciso dizer que estes serão os que deterão os controles dos canais de comunicabilidade da instituição.

Enfim, as instituições não são entidades ingênuas, são implicadas de responsabilidades sociais, conflitos internos e externos por parte de seus membros entre si e destes em relação à sociedade, que se entrelaçam em relações ecológicas, numa interdependência com outras vozes sociais, numa busca incessante de legitimidade e de poder que garantam sua perpetuação<sup>1</sup>.

## 5.2

### “Educações Ambientais”

Enriquez (1994), outro autor do campo da análise institucional observa que a respeito ao sistema de valores que se produzem e são produtores de vínculos grupais, as instituições se constituem a partir de um “sistema de valores”. Para este autor:

*“Tal sistema de valores para existir deve apoiar-se em uma (ou mais de uma) representação coletiva, em um imaginário social comum... Entendendo que só podemos agir quando temos uma certa maneira de nos representar; aquilo que somos, aquilo que queremos vir a ser, aquilo que queremos fazer e que tipo de sociedade ou organização, desejamos intervir... Para serem operantes tais representações devem não só ser intelectualmente pensadas, mas afetivamente sentidas... Trata-se de sentir coletivamente, de experimentar a mesma necessidade de transformar um sonho ou uma fantasia e realidade cotidiana e de se munir dos meios adequados para conseguir isso”* (Enriquez, op.cit. p.57).

O imaginário coletivo que circula entre os discursos ambientalistas parece

---

<sup>1</sup> Talvez a idéia de perpetuação de uma instituição, seja uma representação hegemônica da idéia de imortalidade humana, o desejo da eternidade. Curiosamente, as instituições conjugam um paradoxo em seus discursos, procuram a legitimidade na tradição, mas sua sedução principal talvez resida no fato de buscarem estar sempre atentas ao discurso da juventude, sobretudo vitalidade e dinamismo, acentuadas pela pós-modernidade e pela competição.

evidente, Layrargues (1995) observou como empresários ligados ao setor de meio ambiente reproduziam um discurso ambientalista modificado, evidentemente, pelos seus próprios valores e pelos valores circulantes no universo empresarial. Na mesma linha, Serrão (1995) estudou o discurso ambientalista que circula entre os pesquisadores que trabalham com esta temática. Em ambas as investigações, torna-se clara a existência de um imaginário comum a ambos os casos e, ao mesmo tempo, variações consideráveis entre os discursos com as devidas adequações aos grupos sociais de onde se insurgem.

Vale indagar, então, como se apresentam os “representantes” da EA, como idealizam a si mesmos e como se manifestam suas expressões e idealizações de si mesmos? Sob este aspecto, no campo da EA, Carvalho (2001) ao analisar a trajetória de educadores ambientais tece importantes considerações sobre como os educadores falam de si mesmos. Em nossas análises de depoimentos retomaremos este aspecto mais amiúde.

Ainda nesta linha de raciocínio Reigota (1995) discute a questão ambiental e sobretudo o conceito de meio ambiente como uma representação social, que poderia ser considerada do tipo hegemônica e que, portanto, é passível de variações consideráveis de significado de acordo com o grupo social que representa o conceito de meio ambiente.

Evidentemente a EA, segue as variações de “conceito”, ou melhor, as diferentes representações de meio ambiente, o que permite Reigota concluir a existência de várias “educações ambientais” variando de discurso de acordo com as diferentes representações de meio ambiente. Portanto, a EA pode ser considerada em si como uma representação hegemônica de um discurso baseado no discurso ambientalista, mas que se institucionalizou, a partir da existência de um projeto comum próprio e concreto.

Portanto, a confusão conceitual da EA, destacada e combatida por Pedrini (1998), pode ser interpretada pela falta de um referencial que delimite as fronteiras conceituais desta atividade, o que acaba por promover um conflito conceitual, colocando em debate diferentes representações possíveis do conceito de Educação Ambiental. Pode-se destacar que a instituição “educação ambiental” obedece ao tipo de estrutura tecnocrática das instituições como define Enriquez (op.cit).

Para o autor podem ser identificados pelo menos cinco tipos possíveis de

estruturas institucionais, a estrutura burocrática, carismática, cooperativa, tecnocrática e estratégica. A estrutura tecnocrática engloba características dos outros três tipos sendo uma considerada uma estrutura “sintética”.

Como se pode perceber, apesar de sustentar um discurso baseado na cooperação entre os indivíduos a estrutura da instituição “Educação Ambiental” é baseada numa estrutura tecnocrática centralizada em torno do educador ou do cientista que legitima seu “lugar social”, seu poder através de seu saber.

Segundo Enriquez (1994), a estrutura tecnocrática pode ser caracterizada por uma figura central (carismática), um funcionamento racional (burocrático) e participação nas tomadas de decisão (cooperativa). Assim, é marcadamente caracterizada por um poder forte, centralizado na figura do detentor do conhecimento. Neste sentido, Enriquez (op.cit) considera duas formas de conhecimento:

*“o conhecimento de disciplinas consideradas como de ponta, em um dado momento histórico (a economia e a matemática, anos atrás a informática mais recentemente e hoje e amanhã a biologia), o conhecimento das “ciências da gestão” permitem ao tecnocrata, ser, por sua vez um especialista reconhecido dentro de seu domínio e um homem que pela apropriação do saber das propriedades gerais do gerenciamento, pode ser reconhecido como um ‘homem de síntese’”. ( Enriquez op.cit p.13).*

O “educador ambiental” se situa numa posição privilegiada, pois pode ocupar ao mesmo tempo as duas posições das quais nos fala o autor, tanto como intelectual detentor do conhecimento técnico de ponta, como também é legitimado para assumir o papel de técnico do gerenciamento da atividade de educação ambiental. Este gerenciamento se procederá seguindo uma racionalidade que organizará e norteará a atividade de gestão. Enriquez (op.cit) ainda tece a seguinte consideração sobre a estrutura tecnocrática: “ela visa à transformação programada do mundo”, o que confirma mais ainda a característica tecnocrática da Educação Ambiental.



### 5.3

#### A Institucionalização no campo da EA

A partir das considerações de Nasciutti (1995) sobre a “*questão do poder ideológico nas instituições*”, tentaremos tecer alguns comentários acerca das relações de poder que circundam a EA. A autora parte do seguinte princípio para sua análise:

*“Toda relação social é permeada por relações de poder. Viver coletivamente implica em instituir-se em organizações, o que significa divisão de papéis, divisão de trabalho e, bem ou mal, hierarquização das relações sociais... o poder está inexoravelmente presente, mediatizando qualquer relação entre indivíduos”* (Nasciutti, op.cit p.21).

Admitindo-se tais considerações, podemos assumir que as relações de poder que se apresentam na EA atuam no sentido de perpetuar o discurso e a divisão de papéis e de trabalhos que ela inaugura. Assim, tais relações podem favorecer ou dificultar o processo de institucionalização, que no caso da EA pode ser confundido com o processo de “conscientização ecológica”. Há que se verificar se o que estamos vivenciando, a partir das experiências em EA, é de fato um processo de conscientização ecológica, onde ocorre a tomada de consciência por uma mudança percepto-conceitual, como diria Piaget, ou se estamos diante de um processo de institucionalização, ao invés da conscientização, onde estamos sendo levados à alienação e à estagnação por mudanças apenas no nível conceitual.

Nasciutti, (op.cit) sustenta a idéia de que o poder é mantido e perpetuado por um sistema ideológico dominante, que tem a capacidade de legitimar o poder, através de sua sacralização. Em suas palavras, a legitimação de tal poder:

*“impõe um modelo autocrático, único e imutável de verdade que atua no sistema simbólico e imaginário coletivos e individuais. Esse poder se exerce ao nível da instituição de forma assimétrica. Penetra no nível inconsciente da estrutura do sujeito através da*

*identificação e da idealização e pode levá-lo a alienação” (p.18).*

Parece evidente que estes modelos autocráticos estão presentes na EA e atuam no sistema simbólico e inconsciente dos indivíduos, criando relações de identificação e idealização que concorrem com os educadores ambientais, fato que nos permite indagar: seriam eles alienados sobre o próprio motivo de sua pregação?

Para entender estas questões, é preciso delimitar quem institui a EA e quem é instituído por ela, na dinâmica institucional que se engendra nas suas dimensões do “INSTITUIDO, FUNCIONAL e do RELACIONAL” como define Rochael Nasciutti, (op.cit). A autora define esses três níveis como estágios hierárquicos básicos em qualquer instituição. No nível do instituído, encontra-se a identidade institucional consolidada, que representa, sob certo aspecto, toda sua trajetória histórica nos diversos contextos pelos quais a instituição é circundada, onde estarão presentes as ideologias norteadoras da instituição. Já o funcional, estará de acordo com o universo simbólico ideológico dominante, será o nível dos estatutos e da hierarquia interna, onde se manifestarão os mecanismos de controle e organização institucional e, sobretudo, onde estarão presentes os dirigentes institucionais, portanto, os instituídos. E, por fim, o nível do relacional, onde estão presentes os elementos de identificação, grupos e controle, as estratégias de continuidade e de eliminação dos não – conformes; aí se encontrarão os submissos os críticos e subversivos.

Este quadro acaba por desenhar uma “pirâmide do poder”, onde os locais são marcadamente autorizados pela legitimidade alcançada por cada indivíduo dentro da estrutura hierárquica institucional. Assim, pode-se evidenciar a presença de “rituais de passagem” entre os diferentes níveis, marcados de simbolismos.

Aqui, podemos observar que esta pirâmide se desenha da mesma forma na EA, desvelando as relações e os atores que se encontram em cada um dos níveis hierárquicos desta prática. A EA segue uma lei, um sistema ideológico dominante, reproduzido pelos educadores ambientais, os executores desta prática. Mesmo que haja conflito conceitual entre as diferentes leis e ideologias que circulam na EA, sempre haverá consenso entre os executores e as leis ou o sistema ideológico adotados por estes em suas instituições. No último nível hierárquico da pirâmide, encontramos os submissos, ou seja, aqueles que aceitam a nova ordem ecológica

e, no mesmo nível, os subversivos, onde estão aqueles críticos e cétricos quanto ao discurso ecológico.

Entre os subversivos da EA, encontram-se alguns pensadores, acadêmicos, alguns Estados que preferem admitir o discurso do desenvolvimento econômico, como contraponto ao discurso ambientalista e empresários poluidores.

#### 5.4 Refletindo a Instituição Educação Ambiental

Buscando discutir as questões levantadas, a constituição da EA se dá a partir de um quadro ideológico recente, surgido através da mescla de um discurso fortemente científico com o discurso da contracultura que criou um sistema ideológico dominante, que se manifesta através do discurso ambientalista.

Podemos interpretar esta prática educativa, portanto, como uma força instituinte, geradora de jogos de poder e dominação, nos quais a legitimidade é garantida em função de um discurso fortemente legitimado pela ciência, marcado por um caráter futurista. Com ele se garante a eficácia na manipulação de desejos e no controle ideológico do futuro e, portanto, do tempo por parte do projeto ambientalista e o discurso legitimador da ciência.

A EA, de certo modo, prega uma forma de “vida eterna”, à medida que passa a profetizar sobre a sobrevivência ou não das gerações futuras. Portanto, a EA corre o risco de se instituir a partir de um discurso doutrinário.

É justamente esta legitimidade que permite ao educador ambiental inferir, e de certa forma, correr o mesmo risco de querer almejar a manipulação e controle do corpo, dos comportamentos, dos hábitos, atitudes e dos pensamentos dos “ecologicamente desequilibrados”.

Para Enriquez (1994), todo grupo necessita de uma força de coesão e de propulsão para que se estabeleça. Segundo o autor:

*“... esse sentimento motor de nossa conduta só pode emergir e ter força de lei quando ligado a um sistema de idealização de nós mesmos e de nossa ação. Somente um projeto tido como objeto ideal e somente a nós mesmos tidos como seres idealizados (mais puros e mais belos que os outros), podem ser elementos suficientemente mobilizadores para fazer-nos sair da apatia ou da simples*

*expressão de nossa boa vontade*” (Enriquez, 1994 p 57).

Desta forma, a EA promove a fantasia de um sujeito ideal, ecologicamente equilibrado, que deve ser copiado e admirado. Sem dúvida, é este sujeito imaginário que promove os estereótipos que se apresentam entre os educadores ambientais.

Para finalizar, ainda para Enriquez (op.cit), “*todo grupo funciona a base da idealização e da crença*”, estando evidentes na EA quais são suas crenças e suas idealizações de um mundo ecologicamente equilibrado sem poluição e com qualidade de vida. Neste ponto não há conflitos e sim consensos.

É importante que se estude as identidades sociais e as novas sociabilidades que se produzem na educação ambiental, buscando detectar as possíveis relações sociais que estão sendo produzidas a partir desta nova perspectiva.

Por fim, entendemos que a EA captada pelo ponto de vista da análise institucional, pode não ser um simples discurso ingênuo, comprometido e belo sobre a questão ambiental, mas sim um discurso repleto de conflitos, paradoxos, que escamoteiam um jogo oculto de forças e de poder, que tem como principal objetivo a implementação de uma sociedade com diferentes valores no que diz respeito as nossas relações com o meio ambiente. Lembrando Adorno (2001), não podemos ser omissos e ingênuos e devemos lutar por uma educação verdadeiramente emancipadora do ser humano.